

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da TAP -  
Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da TAP, S. A**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

**Reunião n.º 1**

22 de fevereiro de 2023

(17,39 h – 18,00 h)

**Ordem do dia:** Tomada de posse; outros assuntos.

**Presidente da Assembleia da República,** Augusto Santos Silva

**Presidente da Comissão:** Jorge Seguro Sanches (PS)

**Deputados Oradores:** Carlos Pereira (PS)

Hugo Carneiro (PSD)

Filipe Melo (CH)

Paulo Moniz (PSD)

Bernardo Blanco (IL)

Bruno Dias (PCP)

Mariana Mortágua (BE)

O Sr. **Presidente da Assembleia da República** (Augusto Santos Silva): — Muito boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Funcionários, vamos dar, então, início à tomada posse da Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da TAP, S. A, constituída pela Resolução da Assembleia da República n.º 7/2023, publicada no *Diário da República* I Série, n.º 32, de 14 de fevereiro, e em Suplemento do *Diário da Assembleia da República* II Série-A, n.º 162, de 9 de fevereiro, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 178.º da Constituição e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 5/93, de 1 de março, na sua atual redação.

Esta Comissão Parlamentar deve funcionar nos próximos 90 dias e é composta pelos membros efetivos e suplentes que passarei a identificar.

Membros efetivos:

Do Partido Socialista — Deputados Ana Bernardo, Bruno Aragão, Carlos Pereira, Hugo Carvalho, Hugo Costa, Jorge Seguro Sanches, Maria de Fátima Fonseca, Rita Borges Madeira e Vera Braz;

Do PSD — Deputados Hugo Carneiro, Patrícia Dantas, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira;

Do CH — Deputado Filipe Melo;

Da IL — Deputado Bernardo Blanco, que não está presente;

Do PCP — Deputado Bruno Dias;

Do BE — Deputada Mariana Mortágua;

Membros suplentes:

Do PS — Deputados Cristina Sousa e Miguel Matos;

Do PSD — Deputados Hugo Patrício Oliveira e João Barbosa de Melo;

Do CH — Deputado Pedro Pessanha;

Da IL — Deputado Carlos Guimarães Pinto;

Do PCP — Deputado Duarte Alves;

Do BE — Deputado Pedro Filipe Soares.

Peço, agora, ao Grupo Parlamentar do PS que indique o nome do Deputado que propõe para a presidência da Comissão.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PS indica o Deputado Jorge Seguro Sanches para Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Peço agora ao Grupo Parlamentar do PSD que indique o nome do 1.º Vice-Presidente da Comissão.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, indicamos o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Presidente**: — Peço ao Grupo Parlamentar do CH que indique o nome do 2.º Vice-Presidente da Comissão.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, serei eu próprio, Filipe Melo.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Constituída, então, a Comissão e a Mesa, e antes de pedir ao Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches que faça o favor de passar a conduzir os trabalhos da Comissão, queria agradecer a todos os 17 Deputados efetivos e respetivos suplentes por aceitarem esta nova responsabilidade que vão ter, este encargo que vão

ter, numa tarefa que é das mais importantes que um Parlamentar ou uma Parlamentar pode exercer.

O instrumento Comissão Parlamentar de Inquérito é um instrumento particularmente poderoso no que diz respeito à fiscalização, ao estabelecimento de fatos, à avaliação política de processos, que é tradição portuguesa — e boa tradição — usar-se com a parcimónia, mas também a eficácia que a sua própria potência aconselha.

Neste caso, trata-se de, como disse, inquirir sobre a tutela política da gestão da TAP no período entre 2020 e 2022, detalhando a resolução que aprovou o inquérito parlamentar as dimensões que esse inquérito configura.

Desejo também um bom trabalho a todos, na diversidade que nos caracteriza, mas também tendo em conta as características particulares de uma comissão de inquérito e os direitos e deveres — direitos e deveres muito amplos — que os membros de uma comissão de inquérito detêm.

Recordo também que, além, evidentemente, das filiações dos diferentes grupos parlamentares, os membros das comissões parlamentares de inquérito têm poderes individualmente assumidos, que exercem livremente, segundo a sua consciência.

Quero também informar as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que, nos termos da lei e do Regimento, tive já ocasião de comunicar à Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral da República o conteúdo da Resolução da Assembleia da República que determinou a realização deste inquérito parlamentar.

Desejo, portanto, a todos bom trabalho, com a eficácia que caracteriza a nossa Assembleia, e peço ao Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches que assuma, doravante, a presidência desta reunião.

Muito obrigado a todos e muito boa tarde.

*Neste momento, assumiu a presidência o Presidente Jorge Seguro Sanches.*

O Sr. **Presidente** (Jorge Seguro Sanches): — Boa tarde a todos, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, deixo um cumprimento especial aos funcionários que vão dar apoio neste trabalho que vamos ter pela frente e também aos Srs. Jornalistas aqui presentes.

Queria agradecer as palavras que o Sr. Presidente da Assembleia da República dirigiu à nossa Comissão, relativas à eficácia e à importância do nosso trabalho.

Do ponto de vista pessoal, gostava de manifestar a honra de presidir a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o que farei com isenção, com rigor e com cooperação com todos, em favor do interesse público e do povo que nos elegeu. Isenção no tratamento por igual dos Srs. Deputados, rigor no cumprimento da nossa missão e cooperação, porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai precisar do melhor de todos para que o seu resultado seja o melhor para a República.

Agradeço a indicação dos Srs. Vice-Presidentes com quem, estou certo, iremos trabalhar com grande proximidade para atingirmos os objetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito e que são fundamentais para a direção dos trabalhos desta Comissão.

Todos olham, nestes dias, para o Parlamento como Casa da democracia e como exemplo do seu funcionamento. E esta é uma responsabilidade que nos cabe a todos: dar esse exemplo. Procurarei ser intérprete desses valores, no reforço do sentido de missão do interesse público.

Teremos, seguramente, um trabalho árduo pela frente, que todos teremos de dignificar, servindo de forma urbana e rigorosa o interesse nacional. Temos, nos termos da deliberação, 90 dias para os nossos trabalhos, em que se incluem todas as diligências — sublinho, a documentação, as inquirições, a elaboração do relatório —, e partilho com

todos, e para aqueles que, nomeadamente, não tenham ainda essa informação, que a data de conclusão dos nossos trabalhos será 23 de maio futuro.

Impõe-se, por isso, acelerarmos, a meu ver, os nossos trabalhos, nomeadamente aqueles que são preparatórios e de produção de prova. Nesse quadro, e como primeira intervenção, partilhava com todos os Srs. Deputados aqui presentes a proposta de que realizemos, ainda durante esta semana, uma reunião de Mesa, também com representantes dos grupos parlamentares, com os Srs. Coordenadores, para termos a possibilidade, ainda durante esta semana também, de realizarmos uma reunião da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, para aprovarmos um regulamento de funcionamento da Comissão, o que me parece essencial para conseguirmos rapidamente estar em velocidade de reunir os elementos que são necessários, os documentos, as inquirições.

Também entendo que era necessário, o mais rapidamente possível, formalizarmos aquilo que a lei nos exige, que é a declaração formal de inexistência de conflito de interesses em relação ao objeto do inquérito, bem como de compromisso de isenção no apuramento de factos sujeitos a inquérito — aliás, decorrente da lei —; penso que fará sentido fazermos também rapidamente esse ponto. Isto com o objetivo de, se conseguirmos ter estes trabalhos durante esta semana — e são trabalhos meramente ordenadores que partilhava com todos —, na próxima terça-feira, estarmos em condições de começarmos e fazermos uma lista, de acordo com aquilo que seja a visão dos Srs. Deputados, para requerermos documentos, para solicitar por escrito ao Governo, às autoridades judiciárias, aos órgãos e serviços da Administração Pública e demais entidades públicas, incluindo as entidades reguladoras independentes ou entidades privadas, as informações e documentos que julguem úteis à realização do inquérito.

Temos, para isso, um prazo de 10 dias. E queria partilhar com todos o seguinte: se fizermos essa reunião para documentos no dia 28, temos 10 dias a seguir para que nos sejam enviados os documentos. Portanto, volto outra vez ao ponto anterior: temos um termo, uma data, que é o dia 23 de maio; neste quadro, penso que há questões que temos ainda de definir nos próximos dias — não nestas duas primeiras reuniões, mas acho que era muito importante fazermos uma discussão sobre isso —, como, por exemplo, a existência ou não de questionário e a designação de relator único ou coletivo.

Permito-me ainda, para terminar, chamar a atenção para o regime de faltas a esta Comissão, que é um regime de faltas diferente daquilo que sucede nas restantes comissões parlamentares, bem como do regime de substituição. Como saberão, os membros suplentes substituem os membros efetivos, podendo assistir, mas só podendo participar ou votar no caso de se ter participado, precisamente, esse ponto à Mesa da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dito isto, e desejando a todos as maiores felicidades neste desiderato — que penso que nos une a todos para conseguirmos estes objetivos, em nome do interesse nacional, em nome do interesse público —, pedia aos grupos parlamentares que nos indicassem os respetivos coordenadores para estas missões, pedindo, nessa indicação, também, que pudessem, de alguma forma, já comentar estas minhas duas propostas, no sentido de esta semana conseguimos ainda fazer uma reunião de Mesa e Coordenadores e ainda uma reunião da Comissão, para conseguirmos ter estes objetivos cumpridos.

Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, antes de mais, queria desejar-lhe as melhores felicidades nas suas novas funções.

Gostaria de dizer que o Coordenador do Grupo Parlamentar do Partido Socialista serei eu próprio.

Comentando sumariamente as indicações do Sr. Presidente, gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está totalmente de acordo com que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa acelerar, de alguma forma, os procedimentos que temos de ter para poder entrar num processo de audição mais regular.

Porventura, para irmos ao encontro da proposta de, ainda esta semana, podemos fazer uma reunião, eventualmente a melhor solução seria, a seguir a esta reunião de tomada de posse — se fosse possível e se os Srs. Coordenadores e a Mesa estivessem de acordo —, fazer uma reunião de Mesa e Coordenadores e, eventualmente, programar, ainda esta semana, uma reunião para avaliar o regulamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esta é uma proposta que deixava. Se for consensual, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista era assim que faríamos.

O Sr. **Presidente**: — Por parte do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

Gostaria de indicar o meu nome como Coordenador por parte do PSD.

Antes de comentar a proposta da reunião de Mesa e Coordenadores, gostaria, naturalmente, de desejar que os trabalhos desta Comissão decorram com a celeridade que todos esperamos e que permitam, como instrumento especial de aprofundamento e escrutínio das matérias em jogo e com a amplitude que a lei confere — e que, naturalmente, a diferencia

das comissões regulares —, que possamos esclarecer tudo o que está em jogo, porque é um objetivo e um dever perante o País e perante os nossos pares. E tenho a certeza de que, pela composição desta Comissão, incluindo, naturalmente, o Sr. Presidente e os serviços, estão reunidas todas as condições para que assim aconteça.

Portanto, o PSD tem toda a confiança e todo o ensejo em que o resultado venha a ser um resultado que permita cumprir cabalmente os objetivos propostos na resolução que está na origem da criação da Comissão.

Dito isto, em relação à sua proposta — que foi, de algum modo, secundada pelo Sr. Deputado Carlos Pereira —, temos disponibilidade para, de seguida, fazer uma reunião de Mesa e Coordenadores e, desta forma, atalharmos caminho e podermos, com brevidade, dar seguimento às ações mais objetivas e mais primeiras, para que possamos ganhar algum tempo face aos aspetos procedimentais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo, do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes.

Indo diretamente à sugestão do Sr. Presidente e também do Sr. Deputado Carlos Pereira, a posição do Grupo Parlamentar do Chega é a de que podemos começar já de imediato, se for o entendimento de todos, por forma a abreviar caminho e irmos diretamente ao trabalho, que é isso que nos interessa.

Quanto às demais considerações, teremos tempo, em reunião, para as fazer.

Vou dar tempo aos outros também para, sucintamente, exporem as suas posições.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, tem a palavra. Penso que o Sr. Deputado apanhou o contexto?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, do pouco que apanhei do contexto, basicamente, queria dizer que, do nosso lado, também temos as coisas já mais ou menos preparadas, mas, obviamente, precisamos de uns dias para, depois, em reunião, podermos proceder a essa listagem de documentos e de pedidos de audições.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se me permite, esse é um dos pontos: estarmos o mais cedo possível no ponto de a Comissão poder pedir esses documentos às entidades que são responsáveis por eles.

Houve uma proposta no sentido de, rapidamente, conseguirmos aprovar o regulamento — que inclui, por exemplo, as grelhas de tempos. A sugestão era de que o pudéssemos fazer durante esta semana, primeiro com uma reunião com a Mesa e os Coordenadores e, no segundo momento, com a realização de uma reunião ordinária da nossa Comissão, para que pudéssemos ter condições de o aprovar.

Aprovando o regulamento esta semana estaríamos, por exemplo, em condições de, no dia 28 — que era a data, na semana que vem, em que ia sugerir que fizéssemos a próxima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, e que seria a terceira reunião —, havendo deliberações nesse

sentido, pedir os elementos e os documentos que são necessários para o nosso trabalho inicial.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Do nosso lado parece-nos bem essa proposta, Sr. Presidente, por isso acolhemo-la, também tendo em conta que temos essa listagem, como disse, já feita. Por isso, do nosso lado, concordamos com toda a celeridade no início dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Carlos Pereira pede-me a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, é só para precisar algo que parece que o Sr. Deputado Bernardo Blanco não apanhou: fizemos uma proposta para ter uma reunião de Mesa e Coordenadores já de seguida, hoje. Era preciso perceber se a Iniciativa Liberal estaria de acordo com isso.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimentando todos, faço votos de bom trabalho, felicitando também o Sr. Presidente.

Da parte do PCP, o Coordenador serei eu próprio. Quanto à disponibilidade para avançarmos já, também estamos em condições de o fazer.

No que respeita a haver uma reunião de Mesa e Coordenadores já a seguir, nesta sequência, estamos disponíveis, sugerindo que a reunião da Comissão pudesse ser amanhã, no final do Plenário, para adiantarmos o trabalho necessário para o dia 28, tal como o Sr. Presidente mencionava.

Quanto ao resto, estamos também de acordo com as propostas que foram colocadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, serei eu a Coordenadora do Bloco de Esquerda, como está bem de ver, de resto.

Estou de acordo com todas as propostas que foram feitas; trabalhos céleres e que corram da melhor forma.

O Sr. **Presidente**: — Bem, então, se me permitem, tentando interpretar, penso que há aqui um consenso de, a seguir a esta reunião, realizarmos uma reunião da Mesa com os Coordenadores. Penso que os Srs. Vice-Presidentes estarão também disponíveis — neste caso o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira. E penso que também há consenso de tentarmos marcar, nessa reunião que aqui faremos imediatamente, a próxima reunião da Comissão — indicativamente para amanhã; vamos ver qual será a hora melhor.

Estamos a marcar o nosso calendário de acordo com reuniões que já estão, todas elas, pré-agendadas, mas tentaremos encontrar uma hora, porque acho que há, de facto, utilidade em fazermos essa reunião.

Entretanto, os serviços da Comissão fizeram distribuir por todos os Srs. Deputados a declaração que há pouco mencionei.

Dentro deste quadro, pergunto, no sentido de passarmos ao encerramento da reunião de hoje, se alguma das Sr.<sup>as</sup> ou algum dos Srs. Deputados quer colocar alguma questão.

*Pausa.*

Não havendo questões a colocar, dava por finda esta reunião.

Nos próximos minutos estaremos aqui, Mesa e Coordenadores, para tentarmos, então, identificar a melhor metodologia de trabalho.

Muito obrigado a todos e bom trabalho.

Está encerrada a reunião.

*Eram 18 horas.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.